



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 05 / 08

Data da Sessão: 29 de Setembro de 2008

Início da Sessão: 15.00 horas

Fim da Sessão: 20.00 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Lídio dos Santos Cristo, Dr.-----

1º Secretário: Vitor Manuel Monteiro Travassos-----

2º Secretário: Lidia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29

----- Aos 29 dias do mês de Setembro do ano de 2008, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **PONTO UM** - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA;-----

----- **PONTO DOIS** - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ACTIVIDADE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO;-----

----- **PONTO TRÊS** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, O IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2009;-----

----- **PONTO QUATRO** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A DERRAMA PARA O ANO DE 2009;-----

----- **PONTO CINCO** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, O IRS – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO MUNICÍPIO NO ANO DE 2009;-----

----- **PONTO SEIS** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A TMDP – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2009;-----

----- **PONTO SETE** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A DECLARAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO DO PROJECTO DO CENTRO NÁUTICO / CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DE MONTEMOR-O-VELHO, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL; -----

----- **PONTO OITO** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A 1ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONOMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA DO CONCELHO DE MONTEMOR-O-VELHO;-----

----- **PONTO NOVE** – AUTORIZAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A ADESÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO À NANOSPARK – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA NANOTECNOLOGIA;-----

----- **PONTO DEZ** – AUTORIZAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A ADESÃO À QUALIFICA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS E DE PRODUTORES PARA A VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PRODUTOS TRADICIONAIS PORTUGUESES; ---

----- **PONTO ONZE** – AUTORIZAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A ADESÃO À ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DO CENTRO; -----

----- **PONTO DOZE** – DELIBERAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA ETAR DA REDE DE ESGOTOS DE ARAZEDE, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29**

-----**PONTO TREZE** – DELIBERAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA ETAR DA REDE DE ESGOTOS DE ABRUNHEIRA, VERRIDE E VILA NOVA DA BARCA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL;-----

-----**PONTO CATORZE** – DELIBERAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA ETAR DA REDE DE ESGOTOS DE LICEIA, GATÕES E SEIXO, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL;-----

-----**PONTO QUINZE** – DELIBERAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, APROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA ETAR DA REDE DE ESGOTOS DA PORTELA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.-----

-----Feita a chamada e verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão às quinze horas.-----

-----**PRESENCAS** - Membros: Lídio dos Santos Cristo, Fernando Jorge dos Ramos, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, Mário de Oliveira Maia Pardal, Marco Bruno Cardoso Branco de Freitas Góis, Edite Maria Monteiro Girão, Armindo Mota Correia, Fernando Manuel Dias Monteiro, Olímpio Varela Baía, Jorge Manuel Gonçalves Mendes dos Santos, Vítor Manuel Monteiro Travassos, Rui Manuel da Costa Rodrigues, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Jorge Luís Forte Camarneiro, Nuno Miguel Pinto Loureiro, Maria Isabel Martins Rolim, João Paulo Cardoso Rosado Maurício, José Laranjeiro Costa, José Manuel Cardoso Bucu, José Uriel Carvalho Breda e os Presidentes de Junta de Freguesia (PJF) de Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia, Meãs, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Seixo, Tentúgal, Verride e Vila Nova da Barca.-----

-----**AUSÊNCIAS** - Manuel Eduardo Magalhães Portelinha que justificou e foi substituído por Lídia Maria Pagaimo e Milena Sofia Jorge Faria-----

-----**Presenças dos Vereadores** – António Monteiro Saltão, Hernâni Óscar Pires Costa Rama, António Girão Rasteiro e Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge.-----

-----O PMAM usou da palavra: "Boa tarde a todos. Começo por pedir desculpa por este ligeiro atraso, mas uma reunião entre o PCM e os Líderes dos Grupos, para esclarecimento do ponto 7, levou-nos a que atrasássemos.-----

-----Informo que o 1º SMAM, Manuel Portelinha, por motivos pessoais não pode estar presente pelo que será substituído pelo 2º SMAM, Vítor Travassos, convidando a Lídia Pagaimo para o lugar vago na MAM, perguntando se alguém se opõe a esse convite. Uma vez que não há qualquer objecção constituiremos, de imediato, a MAM.-----

-----Começo por cumprimentar os Membros da MAM, o PCM, os Vereadores, os Membros desta AM, os PJF, a colaboradora Neiva Esteves e o público, em geral.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29

----- Antes de iniciar os trabalhos informo que o ponto 7 da OT, de acordo com o que foi estabelecido entre mim, o PCM e os líderes dos Grupos, passará a ter a seguinte redacção: -----

----- **Deliberar, sob proposta do Executivo, a Declaração de Interesse Público do Projecto do Centro Náutico / Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho, de acordo com a legislação aplicável**". -----

----- **PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** – começaremos, então, por colocar à discussão a acta número 4, de 26 de Junho, do corrente ano. -----

----- O SMAM, Vítor Travassos, pediu a palavra para referir que se encontrava distribuída a folha número 40, para substituição da que tinha sido enviada e que continha falhas no registo de presenças. Salientou, ainda, mais uma situação, apenas de concordância gramatical e que será, devidamente, corrigida. -----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação sendo a referida acta aprovada por maioria e com os seguintes resultados: -----

----- Votos contra - 0; -----

----- Abstenções - 02; -----

----- Votos a favor – 31. -----

----- Foi dada a palavra ao SMAM, Vítor Travassos, para que desse conhecimento da correspondência recebida, tendo este informado: “Para além da que têm conhecimento através do documento enviado, entraram 3 ofícios da CMMV acompanhando as actas do respectivo Executivo; o Boletim da ANMP; o pedido de substituição do SMAM, Manuel Portelinha; ofício da ANMP sobre a transferência de competências no âmbito da educação; ofício da JF de Liceia com certidão de afixação; convocatória da Assembleia Distrital de Coimbra e ofício da CMMV a solicitar os pontos a integrar na OT, de hoje” -----

----- Foram, então, concedidos cinco minutos para que fossem entregues à MAM as Moções, Requerimentos, Propostas, Recomendações, ou seja, os documentos que os Membros deste Órgão entendessem por convenientes. -----

----- De seguida, foram aceites: -----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Verride - "**Associação Filarmónica União Verridense, Bicentenário**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **01**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação, tendo esta Moção sido aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo SMAM, Vítor Travassos, (CMNRC) - “**Moção de congratulações**”, conforme documento anexo à presente acta sob o número **02**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação, tendo esta Moção sido aprovada por unanimidade. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29**

-----**Recomendação** subscrita pelos PJF de Abrunheira, Ereira e Vila Nova da Barca - "**Horários do Ramal de Alfarelos**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **03**. -

-----Esta Recomendação será enviada às Entidades solicitadas. -----

-----**Moção**, subscrita pelo SMAM, Vítor Travassos, (CMNRC) - "**Olímpicos**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **04**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação, tendo esta Moção sido aprovada por unanimidade. -----

-----**Recomendação**, subscrita pelo PJF da Ereira - "**Acesso A/14, nó de Stª Eulália**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **05**. -----

-----Esta Recomendação será enviada às Entidades solicitadas. -----

-----**Moção**, subscrita pelo SMAM, Vítor Travassos, (CMNRC) - "**Xadrez**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **06**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação, tendo esta Moção sido aprovada por unanimidade. -----

-----**Moção**, subscrita por Fernando Ramos, (PS) - "**Campeonato Europeu de Remo em 2010**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **07**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação, tendo esta Moção sido aprovada por unanimidade. -----

-----**Moção**, subscrita pelo SMAM, Vítor Travassos, (CMNRC) - "**Diversos**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **08**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação, tendo esta Moção sido aprovada por unanimidade. -----

-----**Moção**, subscrita por Marco Góis, (PS) - "**Moção de Felicitações**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **09**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação, tendo esta Moção sido aprovada por unanimidade. -----

-----**Moção**, subscrita por Fernando Ramos, (PS) - "**Obra Hidroagrícola do Mondego**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **10**. -----

-----O Membro Filipe Carraco (CMNRC) pediu a palavra e disse: “Na sequência da visita do Ministro da Agricultura, ao Baixo Mondego (BM), incluída nas Comemorações do Dia do Município e sendo um tema que este Grupo, por diversas vezes trouxe à discussão, não quero deixar de salientar, como muito bem está expresso na Moção apresentada, o modo cordial como se processou a visita e a disponibilidade do Ministro em aceitar o convite. É de realçar que, mais uma vez, Montemor assume um papel de liderança nas questões relacionadas com o BM, tendo sempre a preocupação de chamar e envolver os restantes Concelhos abrangidos, como são os casos da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29

Figueira da Foz, Coimbra e Soure. Destaco, também, numa altura em que nos mercados internacionais se vive uma crise alimentar, o potencial agrícola do Vale do Mondego como sendo uma zona de prática agrícola de excepção, tanto nas culturas tradicionais do milho e do arroz, como também de culturas emergentes como é o caso das hortícolas. Será, ainda, de saudar a definição duma comissão conjunta, já criada por despacho do Ministro do Ambiente, que no prazo de 2 ou 3 meses faça uma reavaliação de custos e de soluções de projecto e que, seja, digamos que o passo final que todos nós, há muitos anos desejamos para ver concluída a Obra Hidroagrícola do BM.-----

----- Em relação à participação das forças vivas do BM, em termos de agricultura ou das próprias autarquias, julgo que a participação nessa Comissão terá que ser uma realidade bem presente, deixando, apenas, um reparo em relação ao que tem sido seguido tanto pelo Ministério do Ambiente como pelo Ministério da Agricultura e que se prende com a questão da Protecção Civil que talvez devesse ser também integrada nesta parte e que é tão sensível às nossas gentes. Relativamente ao compromisso que foi estabelecido, deixamos a vontade e o desejo que seja cumprido. Caso seja, cá estaremos certamente para dar os parabéns, caso contrário cá estaremos para não deixar que esta questão caia por terra. Obrigado”. -----

----- O Membro Mário Pardal (CMNRC), pediu a palavra e disse: “Montemor, mais uma vez, soube marcar a agenda política, trazendo o Ministro à cena agrícola do BM onde foram tratados problemas que são originários não só de Montemor, mas os seus responsáveis, mais uma vez souberam liderar a situação. Isto dá, cada vez mais, credibilidade à nossa Municipalidade. De tudo o que foi dito e por aquilo que se comprometeu o Ministro, vamos esperar para ver, até porque o diagnóstico está feito e ele demonstrou estar dentro do assunto. Penso que a obra do BM só não é concluída se não houver vontade política porque, pelos vistos, dinheiro há, segundo o que o Ministro disse. Portanto, vamos esperar para ver; este é um assunto muito sério e, cada vez mais, as Associações de Agricultores do Mondego e da Região devem falar a uma só voz. Muito obrigado”.

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação, tendo esta Moção sido aprovada por unanimidade. -----

----- O Membro Fernando Monteiro (CMNRC), pediu a palavra e disse: “Neste ponto da OT queria realçar que o Executivo tem apostado no presente do Concelho e, também, no seu futuro e, exemplo disso mesmo, foi a apresentação, não só da Carta Desportiva, mas também da Carta Social. Isto ocorreu, no passado dia 4 de Setembro e, no meu entender, estes são documentos importantes de trabalho na perspectiva da envolvente humana e social e na previsível evolução que vai acontecer relativamente a essa mesma situação humana. A certeza é que estamos a ficar mais velhos e vamos ter mais idosos no futuro e isso será, seguramente, um documento e uma preocupação de quem estiver à frente do Executivo a preparar esse futuro. Mas este Executivo também aposta e investe no passado porque ele é a nossa história. Exemplo disso e que é do conhecimento de todos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29

foi a aquisição dum exemplar da segunda edição da “Peregrinação”, publicada em 1678, e falar de “Peregrinação” é falar do ilustre filho de Montemor que foi viajante, aventureiro dos mares, escritor diplomata, religioso, cativo e escravo. Não serei, com toda a certeza, a pessoa indicada para falar sobre Fernão Mendes Pinto, mas queria deixar aqui este realce porque é dele que estou a falar. Esta edição, relativamente rara, não é tão rica como a primeira edição de 1614, mas é, claramente, muito valiosa para nós Montemorenses e que, certamente, irá contribuir para valorizar o acervo cultural e histórico deste Concelho. Está, pois, de parabéns e em meu entender quem contribuiu e proporcionou a sua aquisição. Relembro, ainda, que em 2010 passarão 500 anos sobre o nascimento de Fernão Mendes Pinto e, com certeza, tal facto não deixará de ser condignamente comemorada e evocada numa participação relevante de quem presidir então aos destinos deste Concelho”. -----

-----O Membro Jorge Camarneiro (CDU) pediu a palavra e disse: “ Permitam-me que apresente 2 ou 3 questões, sem perder muito tempo já que a OT é extensa.-----

-----Gostava de sugerir que fosse repensado o modelo de acesso à Feira de Associações e das Tasquinhas, pois, este ano, pareceu-me verificar que, em contraste com milhares e milhares de pessoas que circulavam no exterior, o interior da Feira não foi tão frequentado como o que seria de desejar, comparando, naturalmente, com a frequência que é normal nestas alturas. Parece-me que o actual modelo de restrição do acesso ou seja a cobrança dum bilhete, embora seja discutível se é ou não exagerado, não está a funcionar e, portanto, há um trabalho que é realizado por algumas Associações que ainda continuam a insistir em fazer o seu restaurante ou que continuam a fazer os seus stands que gostariam de poder usufruir o tempo da duração da Feira para poder promover a sua actividade ou recolher algumas receitas e não conseguem vê-lo resultar na sua plenitude exactamente pela falta de frequência. Talvez valesse a pena repensar este modelo porque se, eventualmente, se facilitasse o acesso, talvez se aumentasse em compensação os que participam e os estimulasse a participar mais e daí não viesse grande mal às receitas municipais. Não tenho, digamos não sou propriamente um perito nisto, mas deparei-me várias vezes com esta interrogação e, portanto, hoje é pena verificar que o entusiasmo inicial da participação das Associações, nestes eventos, está a reduzir.-----

-----Gostava, também, de me congratular pela aprovação ou atribuição da organização do Campeonato Europeu de Remo, em 2010, a Montemor-o-Velho e, naturalmente, manifestar alguma preocupação pela escassez de tempo que, apesar de tudo, existe entre esta atribuição e a concretização das obras que serão indispensáveis ou fundamentais para que essa prova se realize. Naturalmente que, nós os portugueses, funcionamos muito com os estímulos - precisamos de estar entalados para ultrapassar os obstáculos. No entanto, como penso que temos, apesar de tudo, o desejo de que as coisas sejam feitas da melhor forma, não só para aquele evento, mas também para o futuro, era importante que as coisas corressem todas bem e, nesse aspecto e nesse particular, que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29

todos pudéssemos contribuir para que o projecto fosse realizado na sua perfeição e que estivesse pronto sem sobressaltos na data, de maneira a não deixar cair por terra o projecto em causa, a nível nacional e internacional. Não podemos esquecer que um falhanço numa situação destas podia ser pesoso e prejudicial para o que tanto temos falado. -----

----- Depois, gostava de referir, embora que ligeiramente, que o momento económico do nosso País não é propriamente favorável para os cidadãos. Aumenta o desemprego, embora alguns queiram esconder o facto, as famílias estão cada vez mais endividadas e começamos a ser, frequentemente, confrontados com pessoas, que já não conseguem fazer frente às responsabilidades com as prestações da casa e com outras que a venda de sonhos que a banca promoveu nos últimos anos. A verdade é que começamos a ser confrontados com situações em que as pessoas começam a estar em dificuldades imensas, em que não conseguem fazer face aos compromissos, em que começam a ser apertadas pelas instituições bancárias e, muitas vezes, por aqueles que os levaram ao sonho de poder ter mais, com menos rendimento. Não nos esqueçamos que no último ano as taxas de juros quase duplicaram, o que, naturalmente, em prestações de curto prazo, caríssimas do bem e do consumo, afecta o rendimento familiar. Não sei até que ponto é que, ainda, não vai ser agravada a situação. Penso que vai ser pior do que hoje acontece e, por isso, era bom que estivéssemos todos preparados para tentar fazer inverter um bocado o rumo dos acontecimentos e acho que cada um de nós devia tentar junto das nossas forças políticas, sobretudo aquelas que têm responsabilidades, para que pudessem tentar minimizar a situação que atravessamos – refiro-me, naturalmente, aos partidos que mais estão próximos do Poder. No entanto, não esqueço que, também nós, a este nível municipal, podemos rever ou repensar algumas taxas, alguns impostos que hoje vamos aprovar, no sentido de poder ajudar a minimizar os custos das famílias”. -----

----- O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Atento à OT que é extensa, vou tentar ser breve em 2 ou 3 pontos que julgo pertinentes. É óbvio que, também, nos congratulamos com o facto da realização do Campeonato Europeu de Remo de 2010 ocorrer em Montemor-o-Velho. Como referiu o Membro Jorge Camarneiro, há dificuldades no País, há dificuldades em nós todos, há dificuldades nas Autarquias, há prazos a cumprir pelo que temos de remar todos para o mesmo lado, nas várias frentes que se nos deparam como, por exemplo, as obras no Centro de Alto Rendimento e o atraso do QREN. As dificuldades da vida e do País tem feito atrasar toda uma série de projectos, em termos nacionais e regionais, que, mais tarde, se começam a acotovelar uns aos outros, mas estou certo que este Executivo com a inteligência e perspicácia que tem tido vai levar, realmente, a que Montemor, em 2010, consiga receber condignamente e nas melhores condições os atletas, os dirigentes e o público, em geral, que virão a este campeonato. Por outro lado temos de estar atentos a um facto que nos dá muita responsabilidade e já foi aqui referido - figuras como o Emanuel Silva, a Teresa Portela, a Helena Rodrigues, a Beatriz Gomes, o Pedro Fraga e o Nuno Mendes que são

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29

peessoas credoras de todo o nosso respeito e toda a nossa admiração e que trilharam um caminho importante de vivência em Montemor, na preparação para os Jogos Olímpicos de 2008. Para além deles não podemos esquecer que 2 atletas, um ucraniano e um japonês, que se sagraram campeões olímpicos em Pequim, se prepararam nas águas da Pista do Centro Náutico / Centro de Alto Rendimento, de Montemor-o-Velho. Quer, então, dizer que esta Pista, além de já ter proporcionado condições a campeões nacionais e europeus, o proporcionou, também a campeões olímpicos, pelo que não será por acaso que o campeonato europeu se realizará Montemor, o que é para nós uma soberba honra. -----

-----Relativamente a outras questões que quero salientar que o desenvolvimento económico, um dos pilares da sociedade, a par da educação e da justiça social tem sido uma área em que a acção da CM e do PCM, tem sido mais vincada e em que a captação da riqueza e a afirmação da municipalidade tem sido, por demais, evidente. Melhor do que as palavras são os factos, que são claros e não nos deixam dúvidas, como, por exemplo, a criação de centenas de postos de trabalho, nas zonas industriais que vêem aí, são disso a prova evidente. Estamos certos de que a CM e o PCM continuarão a insistir na captação de novos investimentos porque, efectivamente, temos que chamar gente, que desenvolver, que nos afirmar como uma potência regional. Toda esta envolvimento tem mais sentido numa altura dramática em que a HEXION fechou e aconteceu o que aconteceu, a CM, sem grande tipo de oportunidade a nível de aproveitamento, envolveu-se numa questão de diálogo para que houvesse justiça e os funcionários não fossem prejudicados. Acho que foi muito positiva a forma como soube, sem grande teatro, apoiar fortemente aquela gente e foi muito positivo que o processo não descambasse num prejuízo muito real para os trabalhadores como tem acontecido noutras regiões. Aproveito para apelar que aquelas instalações da HEXION pudessem no futuro vir a acolher um investidor que relançasse, novamente, aquela zona do nosso Concelho com pujança industrial que teve até há pouco tempo. Acreditamos na firme e coerente determinação desta liderança para levar o Município ao desenvolvimento económico desejado”. -----

-----O PCM pediu a palavra para prestar esclarecimento às questões colocadas, dizendo: “Apenas alguns comentários em relação à maioria das questões colocadas e, ao mesmo tempo, para fazer um ponto de situação relativo a alguns projectos que tive oportunidade, nalguns casos, de trazer aqui à discussão e fazer uma actualização sobre o ponto em que nos encontramos.-----

-----Em relação a todas as intervenções que foram feitas, nomeadamente no que diz respeito ao Campeonato Europeu de Remo de 2010, agradeço naquilo que toca pessoalmente ao Município, mas que também, como foi dito, tem que ser partilhado com a Federação Portuguesa de Remo e com a Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto. Tive a oportunidade de, no sábado, ter estado com o Secretário de Estado do Desporto e, mais uma vez reiterar-lhe, como ele reiterou, toda a cumplicidade e envolvimento para este projecto. No entanto, este campeonato resulta duma outra

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29***

circunstância mais negativa, já que nós estávamos candidatos a duas provas: ao Campeonato da Europa de 2010 e ao Campeonato do Mundo de 2011 e era neste que mais apostávamos, por questões do cronograma da obra. Não vale a pena estar a fingir o que é fintável, mas faço os elogios a quem conseguiu manobrar tudo para que tivesse um Campeonato de 2010. Foi pena não termos o Campeonato do Mundo, mas isso são circunstâncias que se calhar nos ensinaram, mas pode ser que aconteça em 2012. Não nos esqueçamos de que há uma questão que joga muito a nosso favor que é o estarmos, temporalmente, nas vésperas dos Jogos Olímpicos de Londres e, esta plataforma territorial servir, sobretudo, para os 2 continentes mais fortes, para além da Europa, o Americano e o Asiático. Em relação a isso, claramente que o tempo é curto e urge e, por isso, penso que, com muito gosto, no dia 13 de Outubro, na próxima reunião de executivo, vão ser lançados os primeiros concursos já da obra do CAR. -----

-----Em relação à questão que se prende, nomeadamente, com a conclusão da Obra Hidroagrícola do BM e com a visita que o Ministro fez, penso que há, sobretudo, dois aspectos muito importantes, a reter. O primeiro é que já tive oportunidade de o dizer no executivo, é que o Ministro teve oportunidade, teve atenção e, sobretudo, “simpatia” para com a sua visita a Montemor-o-Velho. Claramente que, do ponto de vista político, era uma jogada importante para a sua tutela, como era para o contexto dos agricultores e da nossa região. Claramente, estamos a discutir 2 agências de financiamento para este projecto: uma delas, conforme aqui foi referido, é da responsabilidade do Ministro do Ambiente e estamos a falar do FEDER e do QREN; uma outra tem a ver com projectos ligados ao Feader e ao Plano de Desenvolvimento Rural, outra agência de financiamento, perfeitamente autónoma e em que o Ministro da Agricultura tem uma palavra muito importante a dizer dado que estamos a falar de circuitos paralelos de financiamento. O segundo aspecto que tiro da visita é que, definitivamente, temos que falar para o futuro, tanto no conteúdo do programa de intervenção desta obra, que se iniciou na década de 80 do século passado, como nas funções múltiplas que hoje se colocam e que são completamente diferentes das que se colocaram nessa época. Penso que não deve ser esquecida uma amplitude biunívoca de trabalho, do ponto de vista agrícola com outras áreas que foram esquecidas num passado recente, tais como áreas ligadas ao turismo rural, aos circuitos de utilização ambiental, paisagístico e até cultural e questões pedagógicas. Hoje, olhar para este projecto duma forma exclusivista do ponto de vista de regadio ou do ponto de emparcelamento será um erro muito grave pelo que, penso, foi bem posto em cima da mesa que é necessário ter uma visão mais alargada, mais pluridisciplinar. -----

-----A terceira tónica é a de que, neste caso, acho que Montemor tem que ter uma posição exemplar na forma de se bater pelos projectos que, na maioria destes casos, vão ser implementados nos concelhos vizinhos e, nessa matéria, não deixarei de ser coerente com aquilo que defendo. Muitas vezes, enquanto Presidente da Associação de Municípios do Baixo Mondego (AMBM) até

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29***

tereí feito comentários que considero positivos e partilhados, de defesa em determinadas áreas na nossa região que se evidencia pela cumplicidade, pela notoriedade dum pragmatismo estratégico, não era Montemor que agora iria falhar. O que quero dizer com isto é que quanto mais depressa o Arunca e o Pranto estiverem tratados, mais depressa as ligações de Soure a Montemor, da Figueira a Soure ou da Figueira a Montemor estarão, devidamente, definidas. De facto, quer queiramos quer não, o centralismo nuclear do plano agrícola está nos campos da Carapinheira, da Ereira e de Alfarelos pelo que os problemas são vividos pelos agricultores da nossa região e é aqui que vai estar o grande centro de desenvolvimento e fomos nós que demos a primeira imagem, do ponto de vista do futuro, com estas novas unidades fabris viradas à agro-indústria. Não podemos esquecer, nem escamotear, a força muito relevante e que terá de ser nossa parceira, que são os industriais de arroz dos concelhos vizinhos e nessa matéria temos que saber ser solidários e ao mesmo tempo associados. Penso que, neste momento, o mais importante não é dizermos que estamos disponíveis para nos sentarmos à mesa; é esperar que as Associações dos Agricultores, nas mais diferentes facetas, tenham capacidade de olhar para o futuro, não para o seu umbigo, mas para o projecto empregador de desenvolvimento e de futuro que esta agricultura tem que ter, quer a nível competitivo, quer a nível produtivo e, por muito que isso possa doer aos ouvidos de alguém, acho que nisso a argúcia do ministro foi grande ao dizer “eu dum lado já me sentei, espero ver quem é que está do outro lado”. Eu já o disse e voltarei a dizer que estarei lá, com quem não sei. -----

-----Em relação a um outro ponto que aqui foi falado, relativamente aos projectos de desenvolvimento industrial em marcha, deixaria uma nota, sobretudo em relação à HEXION que penso que é importante que retenhamos. Existem, neste momento, negociações com eventuais compradores daquela área e investidores e esperamos que o espaço temporal seja o menor possível, de modo a que consigamos substituir, com alguma celeridade, a capacidade produtiva e empregadora do concelho. Embora, uma fatia substancial dos funcionários, sobretudo dos mais qualificados, esteja, neste momento, a ser integrados no mercado de trabalho, há uma outra fatia, menos hábil do ponto de vista de competências, que devido a essa situação e a factores etários, está a ter alguma dificuldade pelo que seria ideal o desenvolvimento de uma alternativa próxima daquela que lá existia e, por isso, julgo que, neste momento, há negociações que estão a decorrer e que poderão resolver, a curto prazo, o problema. -----

-----Em termos da cultura e daquilo que foi dito, permitam-me dois apontamentos que penso que são importantes. No que diz respeito a Fernão Mendes Pinto e aos 500 anos que, em 2010, serão comemorados: será um ano delicado já que coincidirá com o Centenário da República e, portanto, poderá existir alguma ofuscação, pelo que este processo terá de ser bem liderado. É um ano delicado mas o Município já foi contactado por parte de alguns congéneres japoneses, nomeadamente da cidade da Oyta, bem como o Instituto Camões e a Fundação Oriente, pelo que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29

temos vindo a trabalhar neste projecto. Tive a oportunidade, na semana passada, na despedida do actual Embaixador Japonês, que cessa funções e que será substituído em meados do mês de Outubro, de manifestar todo o empenhamento num trabalho, agora no Japão, por parte do Embaixador que respondeu a esse desafio, mostrando toda a disponibilidade para encetar a nível daquele país todos os relacionamentos para que, de facto, 2010 seja um ano comemorativo, mas com um nível qualitativo adequado. -----

-----Em relação à educação lembro que tem de ser feita uma leitura extremamente delicada e importante no que se refere à delegação de competências do Ministério da Educação (ME), nos Municípios, sobretudo no que diz respeito aos 2º e 3º Ciclos. Posso dizer que o arranque do ano escolar tem corrido normalmente, com as vicissitudes naturais, com algumas dificuldades, sobretudo decorrentes da delegação de competências e que faz com que recursos humanos, que são da responsabilidade da DREC, não estejam a ser colocados a tempo e horas nas respectivas escolas. Isto está a provocar algumas dificuldades que são entendíveis do ponto de vista da funcionalidade mas quero, também, dizer-vos que fui completamente alheio à assinatura de qualquer protocolo, porque nem para uma situação nem para outra fui chamado. Não tenho dúvidas que foi uma escolha política, faço esta leitura adjectivada de uma forma perfeitamente inócua, porque nem fui chamado para assinar nem para não assinar. Também já sei, pelos contactos feitos, que não haveria a preocupação, neste momento, dessa matéria ter sido desenvolvida, porque o que estava em causa era que, com quem fosse encetada essa circunstância, ela pudesse ser concretizada rapidamente e que não houvesse leituras pelo meio. Isto para dizer que não estou numa posição fundamentalista de dizer que não ou dizer que sim, estou numa posição para negociar. Nessa matéria tem sido com algumas dessas estratégias que tenho levado a cabo e com sucesso algumas negociações, sobretudo com este Governo. Não tenho dúvidas quanto à transmissão das competências, no que diz respeito ao pessoal não docente, mas a situação terá de ser vista com clareza quer da parte que delega, quer da parte que recebe e numa leitura, muito cabal, do ponto de vista da estrutura funcional dos estabelecimentos. Para vocês terem ideia e tendo como referência os 200 trabalhadores, em média, que a CM hoje tem com contratos, seriam transferidas para a responsabilidade do Município cerca de 105 ou 106 funcionários não docentes das escolas o que acrescentaria mais de 50% da mão de obra neste momento e este é um peso significativo que, somado à estrutura já existente na Autarquia no que diz respeito ao pessoal auxiliar que está nas escolas e que são da nossa responsabilidade, leva a questões de modelo de gestão, ainda mais problemática já que quando as negociações foram encetadas e desenvolvidas defendia-se que uma auxiliar deveria dar para 35 a 40 crianças e com a nova portaria baixou para 22 ou 23 ou seja, duma forma muito clara, passa para o dobro o número de funcionários. Essa é uma questão chave porque vai implicar que somando 2 parcelas, elas podem não ser obrigatoriamente iguais pelo que, a questão não é claramente pacífica

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29***

do ponto de vista de quem é que fica com a responsabilidade de fazer a limpeza, se é a montante de quem transfere, se é a jusante de quem recebe. O que está aqui em causa é emprego, isto é, juntarmos 2 estruturas onde havia 4 pessoas só ficam duas e as outras duas têm de ir para a rua e quem é que as despede? Não vale a pena estarmos com outras questões, porque é aqui que está o cerne da questão. A precariedade de emprego que, nalguns casos, existia que seja assumida por quem a praticava e seja limpo por quem o pratica. -----

-----No que diz respeito às infra-estruturas, a questão é muito mais delicada porque estamos a falar de um parque escolar com algumas problemáticas e, dentro dessa matéria, sejamos honestos e olhemos para a forma como recebemos, por exemplo, os equipamentos e outros bens. Vejamos o caso das estradas em que, normalmente, a Estradas de Portugal recuperam, põem-nas como deve ser e depois entregam-nas e fazem o acordo, pelo que essa é uma questão muito importante sobretudo para os estabelecimentos das EBI's e do 2º e 3º Ciclos e que deve ser repensada. Digo-vos, sinceramente, que recentemente houve 2 tomadas de posição por parte do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação (GEP) que muito desagradaram, a mim e a todo o executivo e que estarão em cima da mesa como clarificação para que esta negociação seja encetada por nós. Temos uma Carta Educativa, temos um Centro Educativo (CE) aprovado, temos manifestado disponibilidade e realizado investimentos fortíssimos na área da educação e o exemplo prova-o, já que no início do ano escolar melhorámos as condições do Jardim de Infância (JI) e da EB1 da Carapinheira, da EB 1 de Formoselha e noutras escolas em que sabemos que a perpetuidade do ponto de vista funcional, embora tangível, vai prolongar-se por mais 3 ou 4 anos e, por isso, não aceito de forma nenhuma que o GEP tenha chumbado o JI das Meãs ou que não tenha dado acordo ao JI de Santo Varão. Quero-vos dizer que sei fazer chantagem, mas, ao mesmo tempo, deixando passar essa possível sintonia, há muitas coisas que não me levarão a sentar à mesa, de bom grado, se não ver resolvido, no perímetro da oferta escolar do Concelho alguns problemas nos quais a Carta Educativa é elucidativa - as populações escolares naquelas freguesias justificam-no e a oferta actual é extremamente lacunar para a qualidade que as crianças usufruem. Não aceito que tenham sido dados pareceres negativos no caso concreto destes JI, porque parece-me claro que, nesta matéria, estaremos a fazer um mau trabalho com vista à fixação das populações que entretanto se deslocaram para essas zonas. Estamos a falar em 2 centros de crescimento habitacional relevante, pois só nas Meãs estamos a falar de 72 crianças e em Santo Varão de 40 a 45, o que é muito significativo. Dar também a conhecer de que o processo do CE de Montemor que foi assinado no dia em que realizámos a última reunião de AM, está suspenso porque, entretanto, em negociação com a Parque Escolar (PE) que é a empresa pública que gere os investimentos nas escolas secundárias (ES) estão em negociações, investimentos muito importantes a serem feitos na ES de Montemor-o-Velho que passarão pela criação de novas estruturas. Assim teremos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29

oportunidade de promover a criação dum CE único, desde o pré-escolar até ao secundário englobando o pré-escolar e o 1º CEB, da responsabilidade da CM e integrando os 2º e 3º Ciclos e a Escola Secundária, num total de cerca de 1000 alunos. Em relação a essa matéria vai existir um investimento muito forte, por parte da PE, com a criação de melhores condições nos edifícios existentes e a construção de um estabelecimento desportivo, ligado à escola, de uma biblioteca e de um pequeno auditório que virão melhorar todo o complexo e permitir que a alameda que fica entre da entrada e o Pavilhão Municipal seja aberta às comunidades. Isto obrigou a que o CE, que estava gizado para ficar no parque de jogos do lado da EN 111, fosse transferido para o parque de jogos da EB 2, 3 Jorge de Montemor, do lado oposto. Para isso realizaram-se diversas reuniões, sobretudo entre o grupo de arquitectos que trabalha para a CM e o grupo de arquitectos que trabalha para a PE e, neste momento, estão fechadas e protocoladas as negociações que esperam por parte da DREC a anuência final, para podermos lançar o concurso em finais do mês de Outubro para que, de acordo com o que está previsto, em Abril de 2009 se possam começar as obras do CE de Montemor. -----

----- Há, ainda, algumas informações que penso que são pertinentes: neste momento, estão concluídas as negociações da contratualização da Subvenção Regional do PO, de acordo com a estratégia definida pela AMBM. O valor final atribuído à Associação, a nível de Feder, foi de 72.8 milhões de euros, o que pressupõe um investimento global próximo dos 105 milhões de euros, de acordo com as diferentes taxas médias de ponderação de financiamento. Neste momento, e aguardando apenas que os Secretários Técnicos do PO Regional validem as propostas, caso se mantenham estes valores e estas estratégias, caberá ao concelho de Montemor cerca de 9 milhões de euros de investimento ou seja cerca de 6,8 ou 7 milhões de euros de FEDER e que estão submetidos às seguintes áreas de intervenção: recuperação urbana da zona Carapinheira / Meãs e Araze de / Meco; à recuperação da zona ribeirinha; à logística do PLIA; à construção de ciclovias e à implantação de relvados sintéticos e de 2 piscinas de lazer. Estamos a falar de valores assim distribuídos: urbanização Carapinheira / Meãs, cerca de 1 milhão e 500 a 2 milhões de euros; urbanização das Gândaras, a mesma coisa; recuperação do leito do Padre Estêvão Cabral, 1 milhão; piscinas, relvados, naturoscópio, centro hípico e outros, 1,5 milhão; logística, 2,1 milhões; ciclovias 750 mil. Tudo isto somado perfaz um total de 9 milhões de euros. Se isto for contratualizado até ao final do ano e juntarmos a questão do CE de Montemor, já contratualizado e que tem um custo global de 2 530 000 euros vejamos quanto temos de obras para realizar. Por outro lado, orgulha-me poder afirmar que fizemos a maior candidatura de sempre, para a recuperação de todo o ciclo urbano da água do Concelho com a apresentação duma candidatura ao Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) que ultrapassa os 12 milhões de euros e que pretende criar soluções para as freguesias do Seixo, Liceia e Gatões, projecto orçado em mais de 5 200 000 euros; para Vila Nova da Barca, Abrunheira e Verride mais de 4 200 000 euros; para a EN 335.1 cerca de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29***

2 600 000 e para as 2 obras que neste momento já estão a decorrer - na Torre e na Portela. A Etar de Arazede estava prevista apenas para 1500 utentes, valor que apontamos para as necessidades da Portela e da Ribeira de Moinhos, ficando a nova Etar, a ser construída em Arazede, preparada para cerca de 3500 utentes. Para que isto seja entendido de uma vez por todas, porque às vezes há gente que gosta de fazer confusão de propósito, digo-vos que na recuperação que estamos a fazer na EN 335.1, o projecto contempla que numa das laterais, predominantemente, irão passar as redes de conduta do saneamento, a que vai levar o tapete da ciclovía e, por toupeira, será feita a passagem quando for necessário para o outro lado porque, neste momento, não se justifica que se estejam a fazer outros investimentos ou que se esteja a aguardar outra decisão. Ficarão, para uma segunda fase de candidatura ao POR os Casais Velhos e o Meco, ficando para ser negociada, à posteriori, a situação dos Montes de Formoselha, Ribeira de Moinhos, o Moinho da Mata e o resto de Arazede. Com esta candidatura atingiremos cerca de 83% ou 84% de cobertura de saneamento do concelho, ficando, apenas, estes pontos para resolver mais tarde, de acordo com a abertura de outras candidaturas”.-----

-----**PONTO DOIS - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ACTIVIDADE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO;**-----

-----O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “Quero, desde já, dizer ao PCM que não gostei de saber a forma como foram realizadas as delegações de competências, na área da educação. É uma afirmação que faço sem qualquer problema porque nos fóruns próprios onde pertenço, sendo adepto e apologista das delegações de competências, fiz uma sugestão no sentido de que neste primeiro ano deveriam ser seleccionadas autarquias, pelo desempenho que já tinham dado à educação para, exactamente, se poder acertar, nos anos vindouros, aquilo que podia vir a ser a delegação geral de competências. Essa é uma posição de princípio que continuo a defender, porque penso que só essa solução poderia e deveria existir, para servir de balança de equilíbrio, a Autarquias e ME de modo a avaliar, de facto, as delegações de competências. Podia, então, dizer-se que as delegações de competências são assim e assim, porque foram testadas com quem realmente tem um papel activo na área da educação. Não quero estar aqui a distinguir autarquias mas, no fundo, temos Municípios que têm tido uma atitude e um trabalho mais aprofundado nesta área e, portanto, esta é a minha posição pessoal para que conste e nunca seria, necessariamente, esta a forma de as fazer pois não é uma forma correcta numa sociedade democrática. -----

-----Relativamente à Informação Escrita, apenas 2 ou 3 questões. Uma que já foi abordada, mas que pode voltar a sê-lo no ponto seguinte, se o PCM assim o entender – ligado com a rede de esgotos de Arazede, está anunciada a concepção e construção de uma nova Etar para tratamento de águas residuais na freguesia de Arazede e que discutir mais à frente no ponto próprio, que é o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29

conhecimento preciso do local de instalação para que eu possa produzir afirmações próprias sobre esse assunto e inclusivamente sobre a deslocalização da Etar actualmente construída. É uma opinião política sobre este aspecto.-----

----- Refere-se na Informação que foi elaborado, pelos técnicos envolvidos, um relatório de avaliação das actividades relativamente às Festas da Vila, bem como um relatório de contas – se possível agradecia que me fizesse chegar esse relatório, porque, certamente, algumas das questões que o Membro Jorge Camarneiro terá feito, estarão aí analisadas, não tendo nada a ver com a questão de pagamento de entrada, pois é conhecida qual é a minha posição.-----

----- Outra questão que para mim é particularmente grata foi verificar que 6 jovens músicos do Concelho fazem parte do Grupo de Instrumentos de Sopro de Coimbra. O PCM e eu sabemos, porque tivemos competências na área e ele agora muito mais, que quando não tínhamos nenhum conseguimos um ou dois e, de facto, há políticas onde a continuidade necessariamente tem resultados e, por isso, podemos congratularmo-nos. Sobre a Informação Escrita era o que tinha a dizer”. -----

----- O PCM respondeu: “Em relação à questão das Etar’s daqui a pouco o Engenheiro Miranda vai trazer a localização exacta da mesma, mas posso dizer que é desviada um pouco do local em que estava a actual, porque tem que levar um tratamento de terciarização, como todas as outras que estão na candidatura. Para quem não saiba a terciarização prende-se, naquele caso, com eventuais colisões de interesses de utilidade pública, de nascentes de água muito importantes nas redondezas e a terciarização vai permitir uma decantação muito mais garantida do que todo aquele tratamento habitual para que nada se infiltre nem tenha a oportunidade de pôr em causa ou em risco aquilo que se passará a montante. Então e para garantir tal comportamento teve de haver a alteração de localização, não muito distante da que estava inicialmente prevista, tendo esta maior capacidade do ponto de vista de estrutura, porque já não vai funcionar para 1500 ou 1200 habitantes, mas para 3200 a 3300 e com um tratamento que vai trazer agravamentos de custos, mas que está previsto como uma garantia séria de servir de tampão a essa matéria. -----

----- Na área da educação, esqueci-me de dizer que, neste momento, também por uma questão de estarmos atentos ao futuro, vamos adquirir os primeiros 10 quadros interactivos para dotar as escolas que vão ficar mais estáveis nos próximos anos, devido à projecção da rede escolar que está prevista, sendo-lhes criadas condições e dotadas de computadores, logicamente para que estas escolas se actualizem no desafio de desenvolvimento destas infra-estruturas”. -----

----- **PONTO TRÊS – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, O IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2009;**-----

----- O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Relativamente a este ponto é unicamente para fazer uma Declaração de Voto, dizendo que o Grupo da CMNRC vota favoravelmente este

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29***

ponto, concordando, inteiramente, com a deliberação tomada na CM, considerando-a pertinente e importante pelos dados que são referidos”. -----

-----O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “A minha intervenção não tem nada a ver com o sentido de voto do Grupo do PS, pois ele já foi anunciado e votado pelos seus Vereadores, porquanto, nesta questão, temos visto uma aproximação daquilo que tem sido ou que foram em tempo as propostas do PS. De qualquer maneira o que me leva a intervir tem a ver mais com a questão do esclarecimento de alguns pontos do que propriamente com o sentido da votação e algumas até questões pessoais com as quais os meus companheiros de Grupo, eventualmente, não concordarão, porque a diferença da proposta do ano passado foi a redução de 0,8 para 0,7 nos prédios não avaliados. O cidadão Fernando Ramos, curiosamente, tem defendido que essa taxa era a única que, eventualmente, estaria bem aplicada, pelo que se devia ter mantido e não reduzido e porquê? Porque, efectivamente, sabemos que a situação dos prédios não avaliados, têm uma diferença bastante nos bolsos do município, em relação aos prédios que são avaliados. A grande questão está exactamente nesse aspecto e, portanto, não quero, fazer uma proposta contra natura e dizer: “não, devia ter mantido a proposta do outro ano”. O que quero é sobretudo dizer o seguinte: como é que a CM vai gerir o conflito da minoração dos Centros Históricos com a majoração das habitações degradadas, isto é, vai por um lado reduzir 15% o IMI que lhe é aplicado e, por outro lado, uma vez que a casa está degradada vai majorar 25% depois o IMI, como é que vai fazer esta conjugação? Sinceramente não a percebi e se estou a levantar aqui um problema, não é essa a minha intenção. Mas isto porquê? Porque, mais uma vez, os cidadãos que não têm minoração, estão prejudicados, porque, evidentemente, se esta situação não for encontrada eles não têm estes 15%, tem e aqui sim em termos de igualdade. Não sei se me fiz entender, mas a minha ideia é esta, acho que isto acentua uma desigualdade no Concelho entre quem tem casas degradadas num sítio ou noutro. -----

-----Depois e podendo compreender que, enfim, os critérios são políticos, penso que existiu um critério económico, apesar da explicação política que foi dada, que é na minoração dos prédios nas freguesias de Abrunheira, Gatões, Verride e Vila nova da Barca e, evidentemente que fizemos isto porque são os menos conflituantes no processo. O que gostaria, de facto, de saber era o porquê de irmos, no fundo, ter taxas de 0,6, quando elas forem minorados, já não é o 0,8 que defendia, de repente passou para 0,6, porque tem mais 15% e as outras são de facto uma proposta que curiosamente o meu, enfim, adversário de Grupo, entre aspas, tem defendido que é o 0,3 ou o 0,35 e curiosamente se formos ver são de facto 0,36, portanto afasta-se 1 centésimo percentual daquilo que ele tem vindo também aqui a defender. -----

-----O PCM esclareceu: “No fundo estamos a antecipar algo que vai aparecer no Orçamento de Estado para 2009, correcto do ponto de vista ético e constitucional e que é o mandar na casa dos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29***

outros e sabe bem a que é que me estou a referir. A única coisa que está aqui em causa é que perde-se 25% numa situação e 17% noutra, portanto, passou de 0,5 para 0,4, perdeu-se 25% e nesta era cerca de 17%, o que significa que estamos a perder a nossa capacidade de endividamento e, portanto, não pode haver hipocrisias para depois dizer como é que tal é possível, esta é a minha preocupação e sou muito claro nesta matéria. O economista não baixava a taxa, o político tem que a baixar por questões sociais, de enquadramento, de conjuntura, agora aquilo que nunca farei é dar azo a que o economista tenha razão perante o político. Entendam o seguinte: houve uma preocupação, mais uma vez, do político em não seguir os valores que recebe no final do ano, porque há uma questão que é fundamental - nós estamos a brincar com o brinquedo e alguém está a brincar connosco. O processo, em si, não tem nada a ver com as taxas que aqui fixamos; o que está em causa são os valores de referência e as taxas que incidem e as medidas de salvaguarda que, entretanto, desapareceram e, quando nós baixamos, garantidamente, se alguém tiver atenção, isto só entra nos cofres em 2010 e se alguém, em 2011, for comparar as verbas de 2010, 2009 e 2008, afinal baixaram isto mas receberam quase o mesmo. Esta taxa vai compensar as subidas que nos indicadores genéricos estão a disparar e havemos de chegar a um momento em que, como diz o Membro Jorge Camarneiro, teremos aqui 0,35 ou 0,40, porque é a única maneira de manter na mesma 1 milhão ou 1 200 000 de receita, se estivermos ao mesmo nível, chamemos-lhe assim, de edificado do que hoje temos globalmente. O que estamos a fazer é suportar aquilo que é o crescimento natural e, por isso, nalgumas dessas questões, sou o último que pode dar resposta já que é delicado, considerando que, claramente, eu não defendo algumas dessas posições, mas tenho que ir em socorro de quem vai pagar isto. E quem é que vai pagar isto? É o cidadão, o munícipe e, nalguns casos, isto é demasiado cego para que este valor seja aceitável e, por isso, em relação aos 0,7 pode, aparentemente, parecer que não vale a pena, mas vai valer a pena e quando chegar à altura vamos ter muita delicadeza nessa reforma”.-----

-----O Membro Fernando Ramos voltou a usar da palavra: “Repito, estas questões são fundamentais e já que estamos a falar numa questão de futuro, curiosamente, espero que, parafraseando o Colega Fernando Monteiro, quem, em 2010, for candidato a PCM discuta exactamente estas questões dos Impostos Municipais que são cada vez mais importantes até para que, depois, não sejamos acusados de não defendermos os munícipes porque esta questão é, cada vez, mais importante. Mas, para o Engenheiro Cardoso, a questão fundamental é a questão política, em que às vezes concordo com o PCM outras não; por vezes aproxima-se ele de mim, outras eu dele, mas a questão fundamental tem a ver como é que, em termos técnicos, nos Centros Históricos de Montemor é conjugada uma minoração de IMI com a majoração de quem lá tiver a casa degradada ou noutro sítio, na Abrunheira, em Gatões ou noutras”.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29***

-----O Engenheiro José Cardoso usou da palavra para esclarecer a questão colocada, dizendo: “Relativamente às casas degradadas elas têm que ser identificadas uma a uma, por artigos matriciais e mediante vistoria e, obviamente, levam o agravamento. Relativamente às casas que são alvo de recuperação e que ficam dentro dessas determinadas zonas, elas, por atacado e em bolo vão ser alvo de desagravamento. A dificuldade operacional disto está na identificação dos artigos matriciais, isto é, nas zonas onde há um cadastro organizado da propriedade é mais fácil fazer estas listagens do que no nosso concelho. Os senhores que são políticos mandam fazer e, nós técnicos, temos que nos operacionalizar o mais depressa possível para que seja possível dar cumprimento ao desiderato político. Se me é permitida a opinião, não sou político, mas é nobre a preocupação, porque o que está aqui em causa é incentivar o que é de incentivar e, digamos que, castigar o que é castigável. Portanto, o mesmo imóvel não pode estar nas duas situações”.-----

-----O Membro Fernando Ramos interrompeu, dizendo: “O objectivo político é que quem tem casas degradadas naquelas condições, ser majorado em 25% e esse princípio é geral e eu concordo com isso. No entanto, sou proprietário na Abrunheira, em Verride, em Gatões ou em Vila Nova da Barca e sou majorado em 25% ou sou majorado, no fundo, em 10%, porque tenho 15% de minoração. É isso que quero saber, porque essa sim é a minha questão, neste caso política, para poder dizer “não, já que quem tem a casa a cair pensa: então aquele tem a casa a cair pagou só mais 10% porquê?” e eu acho que a filosofia política é de facto penalizar quem tem a casa a cair se entendi bem”.-----

-----O Engenheiro José Cardoso voltou a usar da palavra para referir: “Não lhe consigo dar uma resposta cabal ao problema até porque isto também joga com problemas informáticos do Ministério das Finanças. Não podemos fazer no sistema do IMI tudo o que nos apetece ou tudo o que nos vem à cabeça e, portanto, não sei dizer-lhe, confesso que não sei, até porque muitas vezes a Comissão Imobiliária Municipal precisou de informação dos serviços locais e não a teve. A dúvida que acaba de colocar também já a equacionámos e não nos foi explicado se o mesmo prédio pode levar 15% para baixo por estar naquele sítio e, 25% para cima por estar degradado e, nesse caso, no fundo só está a ser agravado 10%. Confesso que não sei responder até porque também não nos foi explicado. Eu diria que cai numa alínea ou cai noutra, ou leva 25% para cima, independentemente de estar onde está, se está degradado não tem direito a minoração, mas não lhe sei responder porque os próprios serviços das finanças não nos deram uma resposta cabal sobre essa matéria. Agora, um prédio não pode estar nas alíneas c) e d) desta deliberação: ou está numa ou noutra, porque senão 2 ruínas em 2 sítios diferentes tinham um tratamento diferente, só porque uma estava naquela freguesia e outra não estava. Para mim é mais grave o prédio estar em ruínas do que ser num Centro Histórico ou numa determinada freguesia pelo que penso que o que é politicamente correcto deve

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29

estar subjacente à vossa decisão - os que estiverem em ruínas não devem beneficiar de nenhuma minoração”. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Sobre este assunto tenho reflectido, nos últimos tempos, bastante e, tenho verificado por exemplos práticos próximos e até alguns pessoais que isto é um pau de dois bicos. O poder político não teve coragem de fazer a actualização dos valores patrimoniais dos imóveis duma vez; fez uma Lei que pretende valorizar e impor alguma justiça nas avaliações dos prédios imóveis em Portugal, mas não foi capaz de o fazer de uma vez, fosse por via administrativa, fosse por via de intervenção de técnicos, não foi capaz de ter essa coragem e atirou para ao Municípios e para nós próprios uma responsabilidade que é ir intervindo à medida que se vão transaccionando os imóveis. Assim, há actualização cada vez que há uma transacção seja por herança, por doação ou por obras e, aqui, no nosso caso concreto dos Centros Históricos, que é importantíssimo por via de obras de recuperação, se tiverem maior dimensão já ficam abrangidas pelo Código IMI, se tiverem um outro de intervenção não estão abrangidas, ou seja, atiraram para o lado a bola desta responsabilidade. Mais, fizeram ainda uma avaliação ou pelo menos adoptaram taxas base de avaliação dos imóveis com base no momento do mercado que era altamente especulativo, portanto, de alguns anos a esta parte e, nesta altura, o que temos é, muitas vezes, uma avaliação feita aos prédios superior ao valor do mercado e não o contrário. Portanto, isto cria um problema gravíssimo em territórios como o nosso em que temos algumas vilas ou aldeias com centros degradados, não havendo estímulo à recuperação pelas consequências que daí podem advir para o proprietário. Por outro lado, esta crise económica que vem de 2003 / 2004, tem desmobilizado a construção, mas até aí houve um “boom” especulativo de construção e não só as pessoas compraram casa, abandonaram o arrendamento e, portanto como ficaram isentos durante vários anos de pagar o IMI. Só agora é que começam a pagar e, por isso, não estaria tão preocupado com a receita para o Município como às vezes nos é transmitido, porque mesmo que haja uma baixa, como tem acontecido noutros Concelhos e nestes o montante bruto da receita arrecadado não tem baixado, pelo contrário tem aumentado, porque há mais gente todos os anos a chegar ao contingente daqueles que pagam o imposto, já ao abrigo da nova Lei. Era importante que o Município pudesse dar, na minha opinião, duma ideia e um estímulo às pessoas que têm casas quer degradadas, quer ainda não avaliadas segundo o novo Código de IMI ou porque não as venderam, ou porque não as compraram e, por isso, acho que os 0,4, com uma minoração de 15% para os Centros Históricos seria bem vista e não teria nada a opor a isso. Embora pense que poderíamos ser mais arriscados, podíamos baixar mais uma décima, penso que tínhamos condições e aposto que a receita não baixaria por esse motivo, sobretudo tendo em atenção à actual conjuntura do mercado e à situação das famílias. Já no que toca à majoração relativamente aos prédios devolutos eu era mais cauteloso, porque há que distinguir o que são prédios degradados e em relação a estes acho que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29

devíamos ser muito mais cuidadosos nesta majoração, porque há situações onde nitidamente as barreiras à recuperação dos mesmos são administrativos e, isto acho que merecia uma discussão séria sobretudo de quem tem zonas como nós, aqui em Montemor e noutros de Tentúgal e Pereira onde têm monumentos a 50 metros e, portanto, acho que devíamos ser bastante mais cautelosos ao fazer isto. Não estou nada de acordo que, nesta fase, sem essa discussão, sem essa análise se faça este tipo de majorações, porque caso contrário nós estamos aqui a criar uma majoração que vai ficar muito ao critério dos serviços administrativos da escolha dos imóveis. Tenho conhecimento de alguns imóveis degradados que foram seleccionados durante este ano, a quem foi imposto um período de recuperação de 90 dias, embora saibamos como é que as coisas se fazem e sei, também, que foram seleccionados outros imóveis que não estavam sequer a pôr em perigo ninguém e tantos outros não foram seleccionados. Tudo isto cria injustiças e não vejo ainda condições para podermos com certeza e com justiça poder aplicar estas taxas. Repito, relativamente ao IMI, acho tínhamos condições para poder avançar com 0,3”. -----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “De facto, uma das coisas que o Membro Jorge Camarneiro disse está nos considerando da nossa proposta e tem a ver com uma questão que nos foge sempre e de que as Finanças não abrem mão que é: estamos a falar de quê no concelho de Montemor? Alguém sabe neste momento qual é a capacidade tributável do concelho de Montemor? A sua capacidade máxima, média ou mínima? Ninguém sabe. Só eles e eles não nos disponibilizam dados e essa matéria vai-nos sempre faltar para termos uma leitura para podermos ser mais justos, mais implicativos na distribuição e na aplicação. Temos que ir aqui por aproximação. Independentemente da votação que aqui vai ser feita, vou pedir aos serviços que estudem, porque há tempo de vir à reunião de Dezembro, a possibilidade de acrescentarmos a todos estes benefícios, chamemos-lhe assim, a redução do IVA dos 20% para os 5% que é significativo e que em valor de obra pode ser muito significativo. Caso isso venha a ser plausível e não vá contra os códigos em vigor, em Dezembro poderemos apresentar uma proposta de aditamento a estas para fazer face à nossa proposta final que será encaminhada para o Ministério das Finanças”.-----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra - 0-----

----- Abstencões – 01;-----

----- Votos a favor – 32. -----

----- Esta proposta foi aprovada por maioria.-----

-----**PONTO QUATRO – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A DERRAMA PARA O ANO DE 2009;**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29

-----Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra - 0-----

----- Abstenções – 0;-----

----- Votos a favor – 33.-----

----- Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

-----**PONTO CINCO** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, O IRS – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO MUNICÍPIO NO ANO DE 2009; -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Pois é aqui que nós, às vezes, temos algumas dificuldades em intervir. Não usei da palavra, voluntariamente, sobre o ponto anterior, relativamente à derrama. O valor é pouco significativo embora possa ter um significado particular porque não estou nada de acordo com este tipo de impostos sobre impostos, impostos directos sejam para as empresas, seja para os particulares, mas também é verdade que é preciso dar alguma mensagem de estímulo e de confiança aos cidadãos. Percebo, claramente, a situação delicada em que se encontram os municípios portugueses, independentemente da cor político-partidária e têm, teoricamente, na mão a possibilidade de dizer se prescindem de 1 ou 2 pontos percentuais do imposto dos particulares e das empresas e sabemos que os próprios municípios estão numa situação particularmente difícil com falta de receitas para cumprir os seus desideratos. Vou-me abster nesta questão, exactamente por isso. Penso que devia ser dado um sinal positivo aos cidadãos que, no fundo, são quem habita no nosso concelho, quem acredita e gosta de cá estar e não outros que cá não vivem. Tenho pena de não estar em condições de poder propor que se fizesse uma baixa do IRS nem que fosse simbólica, nem que fosse para dar esse sinal de esperança às pessoas que aqui vivem”. -----

----- O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “Naturalmente que nesta questão, apesar de a votação ser diferente da do Membro Jorge Camarneiro, o sentido é exactamente o mesmo. Esta questão de nós darmos alguns sinais podem ser importantes, não só para os munícipes de Montemor, mas também para os que o podem vir a ser, particularmente agora, quando esperamos que um conjunto de cidadãos da Europa e do mundo, possam vir a trabalhar em Montemor e será de facto um importante contributo da nossa parte esse sinal. É claro que o PCM também não deve ter dados relativamente ao que correspondem estes 5% do orçamento global da CM e qual o montante total. Falei com alguns PCM e eles dizem que, de facto, a receita acaba por vir no ano seguinte e, às vezes, nem no ano seguinte. Há que ponderar esta questão e, não estou a fazer um desafio a ninguém, até porque não há candidatos no terreno, mas é importante que os próximos candidatos à CMMV discutam, de facto, estas questões dos impostos que, apesar de tudo o Município não controla. Naturalmente, face à questão que temos vindo a defender e defendendo esta capacidade

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29

que o Município deve ter de atrair e de ser apelativo, vamos votar favoravelmente esta taxa dos 5% das receitas relativas ao IRS”.-----

-----O PCM pediu a palavra para prestar esclarecimentos às questões colocadas, referindo: “Independentemente das intervenções que o Membro Fernando Ramos fez, de facto, os candidatos vão discutir as situações de 2010 para a frente. Agora há uma coisa que garanto, hoje: o PCM não vai trazer propostas de frente e verso no próximo ano, por ser ano eleitoral e, portanto, penso que deve haver um princípio de entendimento entre todos de que a lógica que este ano vigora não pode ser subterfúgio a não ser por qualquer coisa completamente extraordinária já que não seria lógico, nem coerente, que no próximo ano diminuíssemos o IRS e outros impostos. Muito claramente - a posição que, este ano, estamos a defender é a que transmitirei no próximo ano e, a partir daí, o resto a Deus pertence e, depois, logo, se verá”.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra - 0-----

----- Abstencões – 01;-----

----- Votos a favor – 32.-----

----- Esta proposta do IRS para o ano de 2009, foi aprovada por maioria.-----

-----**PONTO SEIS – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A TMDP – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2009;**-----

-----Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra - 0-----

----- Abstencões – 0;-----

----- Votos a favor – 33.-----

----- Esta proposta da TMDP para o ano de 2009, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PONTO SETE – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A DECLARAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO DO PROJECTO DO CENTRO Náutico / CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DE MONTEMOR-O-VELHO, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.**-----

-----O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “Fundamentalmente e fruto do que já aqui foi dito anteriormente, penso que existe um consenso global quanto à manifestação de intenção da CMMV e da AM da declaração de interesse público do projecto do CN / CAR. Assim e considerando a reunião prévia havida, se me é permitido, alerto, apenas, a MAM para que tenha a cautela de redigir a proposta aprovada no sentido de, do ponto de vista administrativo, ser de acordo com a legislação aplicável. O PS está disposto a fazer, hoje, 2 ou 3 votações, de modo a que o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29

PMAM não tenha de convocar uma reunião extraordinária para aprovar uma coisa com a qual estamos todos de acordo. Naturalmente, o Grupo do PS está de acordo com a declaração de interesse público do projecto do CN / CAR”. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Apenas para reafirmar o apoio total a esta proposta, lamentando, no entanto, que não possamos ter assistido à apresentação do projecto que, pelos vistos, foi uma prerrogativa apenas do Executivo Municipal. Digo-vos que gostei do texto que vem anexo à proposta e tenho pena de não poder ter visto as imagens, mas talvez tenha sido um lapso. Percebo que os 15 pontos da OT, mais uma apresentação seria muito complicado, mas de qualquer maneira tenho pena, sobretudo para realçar o que de bom possui, embora eu seja bastante crítico relativamente a alguns projectos e a algumas intervenções no nosso meio urbano e nas nossas terras por parte dos serviços técnicos da Câmara. Penso que era interessante verificar que o Município tem potencial de projecto e, sobretudo, numa coisa destas que é tão específica e se calhar tão rara e era também a oportunidade para nós vermos a capacidade dos serviços para poderem projectar coisas com nível”. -----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra - 0-----

----- Abstenções – 0;-----

----- Votos a favor – 33. -----

----- Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

----- **PONTO OITO – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A 1ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONOMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA DO CONCELHO DE MONTEMOR-O-VELHO**-----

----- O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “As questões que aqui são alvo de propostas de alteração têm sobretudo a ver com o regulamentado sobre numeração de polícia e não propriamente com a questão do Regulamento Municipal de Toponímia. Nesta situação foram esclarecidos alguns pontos e como membro da Comissão Municipal de Toponímia digo que ficámos satisfeitos pelos PJF concordarem com estas alterações, não tendo acrescentado nada e, naturalmente, isso permite-nos continuar a trabalhar dentro dos objectivos definidos desde o início”. -----

----- O SMAM, Vitor Travassos pediu a palavra e disse: “Para complementar a intervenção anterior apelo aos PJF para que ponham em prática o que vamos aprovar, já que em relação ao cumprimento do Regulamento em vigor pouco tem sido respeitado, mesmo depois da aprovação, das decisões da CMT, pela CM e por esta AM”.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29

-----O PCM pediu a palavra e disse: “Neste ponto da OT refiro que, hoje, na reunião do Executivo foi aprovada a participação no I Congresso de Toponímia que vai ter lugar em Coimbra, no dia 8 de Novembro, sendo o convite de participação endereçado a todos os elementos da CMT. Penso que há muita temática e muita experiência que deve ser partilhada, situações que são delicadas e que nós próprios estamos a aprender e, portanto, não iremos para lá com facilidades, mas iremos, de certeza, com a mesma ambição de poder ouvir e alterar atitudes que já tínhamos tomado”.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra - 0-----

----- Abstenções – 0;-----

----- Votos a favor – 33.-----

-----Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PONTO NOVE – AUTORIZAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A ADESÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO À NANOSPARK – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA NANOTECNOLOGIA;**-----

-----O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Sucintamente para dizer que estou de acordo com a proposta e para alertar para o ponto 4, do artigo 15º. Parece que há aqui uma contradição quando, em primeiro lugar, se atribuem votos de acordo com a participação de cada um dos associados, mas em situações de deliberações importantes como seja a alteração dos estatutos de dissolução ou prorrogação da Associação, cada associado passa a dispor só de um voto. Já percebi que o sócio maioritário será a CMMV que vai valorizar aquilo que na Conservatória tem um valor baixíssimo. Se partimos do pressuposto de que aquilo com que entra cada associado tem um valor real e passa a ter um número de votos correspondente ao seu esforço, não faz sentido que em temas relacionados com alteração dos estatutos, dissolução ou outros passe a perder essa qualidade. Na ONU, independentemente dos países, é um país um voto; na UNESCO também; mas no FMI que é da ONU ou no Banco Mundial não é assim - os membros têm os votos de acordo com as suas participações e com aquilo com que meteu no fundo, portanto aqui parece-me que há certa contradição. Alerto para isso embora esteja de acordo com o projecto, não é essa a questão, mas parece-me que há aqui uma contradição que pode prejudicar de alguma forma quem entra com maior participação”.-----

-----O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Obviamente que estamos de acordo e iremos votar favoravelmente dado que a nanotecnologia é uma tecnologia de vanguarda que é decisiva para o futuro e achamos que esta adesão e esta participação social do Município de Montemor é fundamental e está na hora, efectivamente, de podermos avançar”.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29***

----- O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “Quanto à substância do voto penso que também não há dúvidas, no entanto, relativamente de facto ao estatuto, uma das questões que foi colocada já pelo Membro Jorge Camarneiro pode parecer um contra-senso, mas se calhar era preferível ter aqui uma questão dum voto qualificado. De facto, posso aderir à Associação como cidadão e, depois, para alterar ou para melhorar pode haver, de facto, um bloqueio. Uma outra questão, também no sentido de melhoria, é sobre o que se diz no artigo 1º - mesmo sem saber quais são os outros parceiros, naturalmente o PCM não deixará depois de nos dar conta de quem serão as outras entidades já para a NanoSpark, parece-me que o ponto 3, do referido artº, é muito redutor. Parece-me que a NanoSpark compreenderá todo o país, iria até mais além e, sinceramente, dispensava os distritos de Aveiro, Coimbra, Leiria e Viseu. Não vamos nós querer ser redutores numa coisa que acho que não devemos ser e, enfim, eu iria mais longe e de preferência até ao “internacional”. Só assim compreendo que esta Associação tenha como um dos seus fins a promoção do registo de patentes e fazer a sua exploração. Isto só se faz no mundo, não se faz aqui no concelho de Montemor-o-Velho. O artigo 3º, volta a colocar e bem que há delegações suas em Portugal e no estrangeiro. -----

----- Depois, no artigo 19º, parece-me limitativa a questão do Conselho de Administração reunir pelo menos uma vez por trimestre parece-me pouco, mas enfim, não quero pronunciar-me sobre isso. Depois as questões que já falei efectivamente sobre a questão de “outros associados” e sobretudo que ficasse esclarecido porque penso que inclusivamente há uma gralha, sei que é dumas dezenas de euros mas que ficasse esclarecido efectivamente para além da forma, qual o montante com que o Município participará, porque ora é com os 2 lotes que não têm o mesmo valor como está transcrito na informação do Director de Departamento José Cardoso. A certo momento há um montante financeiro de mais ou menos 25 mil euros, prefiro dizer assim “sim senhor, à CM não são 25 são 30 e acabou”. Porque temos de aprovar em termos de AM não só a forma, mas também as participações do Município nesse montante. Portanto queria que a AM pudesse dizer sim senhor, é “x” são estes lotes, neste montante e, 25 mil euros. Portanto são 2 questões: a primeira prende-se com os estatutos, quem são os associados que já prevêem que se venham associar connosco; a segunda é qual o montante, para além do lote 5 e do lote 6, sendo que o Engenheiro Cardoso corrigirá o montante pois os montantes não são iguais”.-----

----- O PCM pediu a palavra para responder às questões colocadas, dizendo: “Em relação a estas sugestões apresentadas se forem compatíveis com a informação que tenho que é contrária, muito bem. No que diz respeito ao ponto 3, aquilo que foi dito é que é obrigatório ser assim, de acordo com o código existente e vamos procurar juridicamente ter a garantia de que isso é mesmo assim. A partir de agora, com a aprovação dos estatutos o que se segue é remetê-los ao conjunto das entidades que têm partilhado essa discussão e dizer “meus amigos a partir de agora temos os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29

estatutos, aproxima-se o prazo de abertura das candidaturas”. Já agora, uma explicação que penso entendível para quem está mais em cima do conhecimento desta matéria: porque é que nós estamos aqui a preparar uma associação destas? Porque, claramente, para estes fins o Município não pode concorrer ao QREN mas pode concorrer em parceria. Quem deve concorrer são os Centros de Investigação, as empresas e os empresários. O que fazemos aqui é catalisar, por nossa via, determinados níveis de infra-estruturas que temos disponíveis, entrar em parcerias em que vamos valorizar a nossa participação como capital social, em que queremos ser maioritários para podermos levar o projecto até determinada altura. Mas depois de esclarecidas algumas das dúvidas, estamos a falar, isso só numa segunda fase, em qual o montante global de investimento que está previsto, quanto é que ele tem de financiamento e quanto é que ele tem de subvenção nacional e, a subvenção nacional vai ser paga pelos parceiros, de que forma? Alguns em espécie, outros em dinheiro. O que é que isto significa? De grosso modo nós apontamos para um investimento entre 2,5 milhões e os 3 milhões de euros. Se vamos aos 2,5 milhões multiplicarmos por 2/3 serem financiados e 1/3 não ser financiado, estamos a falar de 800 mil euros, 800 mil euros a dividir por 6 ou 7 parceiros, estamos a falar de 200 mil euros em números redondos e esses 250 são aquilo que queremos regularizar com os nossos terrenos. Não estamos com o modelo fechado, só depois de sabermos serão os candidatos e quanto vai custar a candidatura é que chegaremos à conclusão se estamos à vontade ou se temos de entrar com alguma fatia financeira. Neste momento, as sugestões que foram apresentadas vão ser analisadas e caso seja necessário nada disto implica que nós não estamos em condições de fazer as candidaturas e chamar os parceiros. Quanto às outras situações vou confirmar se são de ordem jurídica e se for muito bem, se não for depois faremos a adaptação clara e os estatutos virão de novo à AM para o reajustamento necessário e que não vai chocar com estes procedimentos”. -----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra - 0-----

----- Abstencões – 0; -----

----- Votos a favor – 33. -----

----- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PONTO DEZ – AUTORIZAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, ADESÃO À QUALIFICA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS E PRODUTORES PARA A VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PRODUTOS TRADICIONAIS PORTUGUESES;----**

-----O PCM pediu a palavra e disse: “Neste caso concreto, este projecto resulta da preocupação de começarmos a estar integrados em áreas em que a qualificação de produtos regionais e valorização dos mesmos é muito importante e no concelho de Montemor-o-Velho começámos pela área da doçaria conventual com o pastel de Tentúgal e a queijada de Pereira. O processo de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29

certificação do pastel de Tentúgal está muito mais avançado tendo sido já entregue na Direcção Regional de Agricultura o projecto final por parte dos pasteleiros de Tentúgal. Para além destes dois produtos temos outros já em mente, nomeadamente, no que diz respeito a área da produção cerealífera, o arroz que caminhará também para esta integração. Penso que participarmos, dentro da nossa riqueza de produtos tradicionais, culturais e económicos, desde a primeira hora nesta Associação se afigura mais do que oportuna, importante para o valor e para o peso que estes 3 produtos têm na nossa Região”. -----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra - 0 -----

----- Abstenções – 0; -----

----- Votos a favor – 33. -----

----- Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

----- **PONTO ONZE** – AUTORIZAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A ADESÃO À ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DO CENTRO; -----

----- O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “A nossa posição é claramente positiva relativamente a esta adesão. Em termos nacionais lamentamos a reforma promovida na questão do turismo que, quanto a nós ficou coxa já que a Região não ficou com o espaço do NUTII o que seria lógico ou mais do que lógico, ficando de fora os pólos da Serra da Estrela, Leiria e Fátima que acho que é castrador para um projecto verdadeiramente regional de turismo. Iremos votar favoravelmente”. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Só para registar que não percebo que motivos tão nobres ou tão elevados podem levar a transferir a sede da Região de Turismo do Centro ou da nova Entidade, que no fundo até é mais ampla, de Coimbra para Aveiro com todo o respeito por essa cidade, mas de facto para um Organismo que se chama Turismo, acho que é difícil encontrar um sítio mais apropriado do que uma cidade como Coimbra, para servir de sede e, de facto, não percebo ao ponto a que chega alguma política de interesses na definição de pequenas coisas como estas, mas que de facto são significativas. Era só esta nota, não era mais do que isto, sem ter qualquer complexo relativamente a Aveiro, mas, de facto, assistimos à transferência de alguns centros que são aceites pacificamente por toda a população e sem qualquer razão aparente, a não ser por tacañez de quem decide”. -----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Em relação a este assunto só queria aqui deixar 2 ou 3 notas. A primeira, isto é uma decisão política central, portanto deve ser assumida na sua íntegra e, enquanto, PCM de Montemor-o-Velho e sem descuidar a minha responsabilidade na AMBM, claramente contrário a esta atitude, não por um bairrismo doentio, mas pelos valores e adjectivos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29

que primam para que esta Região tenha peso regional de oferta e de procura em capacidade e qualidade hoteleira. A segunda nota é que em relação à procura o maior número de dormidas da Região se encontra situado, neste eixo de Coimbra e Figueira da Foz. A terceira nota é de que, quer queiramos quer não e por muitos circunstancialismos que as diferentes gestões políticas do Município de Coimbra possam ter tido ao longo do período democrático, Coimbra é uma marca indiscutível, um valor de referência, um produto europeu e internacional e, disso não me desligo. Claramente, não misturo o discurso político com os interesses do meu Município e da Associação a que pertenço e, por isso, desde a primeira hora que reiterei junto do Executivo que aderíssemos, porque não é por exclusão que vamos ter razão. Faremos razão dentro da Associação, perante a capacidade de actuação que venhamos a ter e, por isso, salvaguardo que, a opção não foi a melhor, que continuo a ter a mesma visão da minha região, do meu BM, da minha cidade de referência que é Coimbra, mas isso não pode prejudicar os nossos interesses. O Município tem de incorporar, desde a primeira hora, uma instituição que não é culpada por ela própria da forma ardilosa como está a ser manobrada para outros fins que não são aqueles em que eu me coloco e pela qual faço a defesa do meu concelho, da minha região e da cidade de Coimbra. Gostava de que esta posição fosse assumida com uma afirmação política do Presidente do vosso Município, mas que ao mesmo tempo sente a Região e tem dado provas disso, de que nós próprios definitivamente temos que caminhar juntos para que não andemos aqui com estes bacocos bairrismos doentios que só nos vão desagregando. Cada vez mais, a Área Metropolitana do Porto capta a área de Aveiro, cada vez mais a Área Metropolitana de Lisboa capta Leiria e se nós entrarmos neste sistemas, qualquer dia somos captados não sei se pelo mar se por Espanha. Não devemos fazer disto um cavalo de batalha porque quem vai continuar a pautar a oferta e a procura turística, daqui a 2 ou 3 anos veremos se continua a ser Coimbra ou a Figueira. Mais lamentável é que nesta Região tenha desaparecido a Serra da Estrela e a Região de Fátima/Leiria, para que possamos ter um discurso coerente para que a utilização da base de Monte Real seja efectiva. Esta é uma posição e um desabafo político que vai em várias orientações e vários sentidos, mas por isso é que não sou cordeiro nem carneiro de ninguém”. -----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra - 0 -----

----- Abstencões – 0; -----

----- Votos a favor – 33. -----

----- Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29**

----- **PONTO DOZE** – DELIBERAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA ETAR DA REDE DE ESGOTOS DE ARAZEDE, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL; -----

----- O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “Naturalmente, estou esclarecido neste caso concreto da Etar de Arazede. Naturalmente que subsistem algumas questões políticas, mas tecnicamente a localização concreta nos Grilos, confirma exactamente aquilo que pressupunha, que a localização da Etar seria ainda mais a montante do que a actual e isto tem a ver exactamente com a questão que se coloca que é se nos vamos aproximar daquilo que queremos proteger que, penso ser, a captação de água nos Olhos da Fervença. Naturalmente, que o esclarecimento relativamente a este ponto da Etar de Arazede veio esclarecer as dúvidas que tinha e, naturalmente, reforçou algumas das preocupações que tinha, nomeadamente a forma de cooperação que está a ser feita atempadamente para a prevenção dos Olhos da Fervença”. -----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra - 0 -----

----- Abstenções – 0; -----

----- Votos a favor – 33. -----

----- Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

----- **PONTO TREZE** – DELIBERAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, APROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA ETAR DA REDE DE ESGOTOS DE ABRUNHEIRA, VERRIDE E VILA NOVA DA BARCA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL; -----

----- Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra - 0 -----

----- Abstenções – 0; -----

----- Votos a favor – 33. -----

----- Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

----- **PONTO CATORZE** – DELIBERAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA ETAR DA REDE DE ESGOTOS DE LICEIA, GATÕES E SEIXO, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL; -----

----- Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra - 0 -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2008, Setembro, 29

----- Abstencões – 0; -----
----- Votos a favor – 33. -----
----- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----
----- **PONTO QUINZE** – DELIBERAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA ETAR DA REDE DE ESGOTOS DA PORTELA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL;-----
----- O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “Estes pontos que temos vindo a aprovar são, de facto, pacíficos e, por isso, este também merecerá a nossa aprovação”. -----
----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado: -----
----- Votos contra – 0; -----
----- Abstencões – 0; -----
----- Votos a favor – 33. -----
----- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----
----- Todos os pontos presentes a esta Sessão, foram aprovados por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos. -----
----- Não havendo público, bem como mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a Sessão às 20 horas. E, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada nos termos da Lei. -----
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Lídio dos Santos Cristo, Dr.
O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Vítor Manuel Monteiro Travassos
O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo